

O FIM DA PACIÊNCIA

Marina Silva

Há certa inquietação no país, alimentada pelas acusações do governo federal ao movimento dos sem-terra de representar grave ameaça à ordem democrática. Nos últimos dias, autoridades falaram em baderna, tumulto, provocação, desrespeito à democracia e à cidadania, fascismo, terrorismo, crime. Enfim, que "a paciência do governo chegou ao fim". E culminou com o pacote anti-MST, essencialmente repressivo e policial, além do deslocamento da pressão política para os estados. O governo achou até mesmo sua palavra de ordem: "Reforma agrária sim, baderna não".

Para os que esperam de governos só demonstração de força, está perfeito. O problema é que há algo de podre no reino do pacote. Quando a "paciência do governo chega ao fim", é preciso perguntar o que fazer quando a paciência da sociedade com o governo chega ao fim. Sim, porque o outro lado da propalada baderna é a incrível incompetência e enrolação com que o governo conduz a questão da reforma agrária. A verdade é que as autoridades sa-

lam indevidamente em reforma agrária porque, de fato, não a fazem. Tentam fazer passar por reforma — que supõe medidas estruturais e concatenadas, da estrutura fundiária a políticas públicas agrícolas — um programa de assentamentos defensivo e reativo ao MST, uma contabilidade de assentados para contrapor à do movimento.

O país deve reconhecer que, graças ao MST, a reforma agrária está na ordem do dia. Não se trata de sacralizar o MST ou aprovar acriticamente suas ações, mas também não se pode aceitar a demonização do movimento. Há em curso manipulação com óbvios propósitos de tirar de cena a responsabilidade desse governo, que não dá prioridade às políticas sociais estruturais e trata superficialmente desafios tão difíceis quanto inadiáveis, a exemplo da reforma agrária.

O MST é um movimento social radicalizado. Mas é um movimento social legítimo, que luta contra uma das maiores chagas da história brasileira, a vergonhosa estrutura fundiária, que não encontra paralelo em ne-

nhum país desses que a elite brasileira costuma encher a boca para chamar de "primeiro mundo". As táticas de luta do MST não são muito diferentes de formas conhecidas, no mundo todo, de pressão para forçar governantes recalcitrantes a negociar demandas populares, as que não contam com o benefício dos acertos feitos nos bastidores do poder. Esses, dotados das próprias táticas de pressão e constrangimento, são, muitas vezes, profundamente atentatórios à democracia. Mas dificilmente seus artifícios são chamados de baderneiros.

A ocupação de prédios públicos por um movimento social pode ser questionável, mas não atenta contra a ordem democrática. É um recurso polêmico, mas seu objetivo não é anárquico; é forçar um novo patamar de diálogo. A principal demanda do MST é hoje a inclusão da área econômica, de quem realmente decide nas negociações. Não é essa uma mensagem semelhante à do governo: de que a paciência dos trabalhadores do campo chegou ao fim?

Possivelmente se está confundindo democracia com a tranquilidade dos governantes. Seria incrível que, no país da política agrária inexistente ou atrasada, os trabalhadores do campo se preocupassem em não perturbar o sono oficial. Eles estão no limite e agem como tal.

O tamanho da incompetência e da timidez do governo para fazer a reforma é proporcional à virulência da adjetivação que atira contra o MST. Se o presidente quer dar um basta à desordem, pare de fomentar a desordem a partir de seu próprio governo. Passe para a história como o presidente que enfrentou a questão agrária no Brasil e não como figura que usou a morte de um sem-terra para "alertar" os demais. Aliás, é revoltante ouvir a palavra "baderna" quando se compara a solenidade engravada em que se anunciou, sob aplausos, o endurecimento policial contra o MST, à cena estampada nos jornais, do enterro em cova rasa do sem-terra paranaense.